
A Política de Pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul no Período de 1987 a 1997

*Denise Molon Castanho**

*Ricardo Rossato***

O Problema e sua Importância

A reflexão referente ao trabalho de dissertação de mestrado balizado na relação pesquisa e arquivos, merece uma atenção, pelo fato de que os arquivos são espaços importantes e necessários à construção e/ou elaboração de trabalhos científicos. Estes espaços pouco utilizados na sua totalidade, por vezes, são conseqüência do desconhecimento das pessoas no conjunto da sociedade. Logo, divulgar a importância da instituição arquivo para a construção do pensamento científico, está relacionado com a cultura e a ciência. E, neste sentido, ambas são atividades humanas diretamente ligadas ao mundo arquivístico.

A escolha deste arquivo público deu-se pelos motivos nominados a seguir: a) pela função pública que o referido arquivo assume; b) por se constituir num modelo na preservação de documentos originais; c) por ser uma referência nacional e internacional, considerando as fontes que reúne no acervo e as próprias características arquitetônicas, que revelam uma singularidade diante do que existe na América Latina.

A relevância deste estudo justifica-se pelo entendimento de que o arquivo público pertence a uma sociedade, que precisa conhecer o valor histórico-cultural das fontes primárias que são preservadas em seus acer-

*Professora da UFSM/ Santa Maria - RS

**Professor da FAFRA/ Santa Maria - RS

documentos erroneamente constituem documentos de caráter histórico, muitas vezes tratados sem observância aos critérios científicos.

2.2 A HISTÓRIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Para escrever sobre a história do Arquivo Público do Rio Grande do Sul é extremamente importante compreender a evolução das políticas arquivísticas no contexto deste estado, analisar alguns documentos que são referência na construção desta trajetória.

A primeira referência que se faz a um arquivo público, no estado, consta do Regulamento Imperial, datado de 02 de janeiro de 1838 em que se previa uma repartição incumbida de reunir, conservar e catalogar os arquivos administrativos e legislativos e os documentos de origem oficial. Pelo visto a finalidade desta repartição era preservar da destruição documentos, durante a Guerra dos Farrapos. Em 05 de agosto de 1848, através da Lei provincial n.º 150, propôs-se a criação de um arquivo público provincial.

Naquele momento, as autoridades revelaram que esta repartição já existia, estando subordinada ao Arquivo do Rio de Janeiro e que o Arquivo Público Provincial deveria ter outro destino e fins, isto é, ser uma espécie de "arquivo dos engenheiros provinciais" onde se reunisse material referente a mapas, plantas, cartas e orçamentos.

Tendo em vista este fato, foi encaminhado Projeto de Lei a Assembléia Provincial, que transformada em Lei n.º 199, de 05 de dezembro de 1850 revogou a Lei n.º 150, de 1848 e extinguiu "ex vi", a repartição do Arquivo Público da Província.

Mas, só 55 anos depois, isto é, em 1905 o governo do estado planejou a organização de um arquivo público, nos moldes dos que já haviam em outros estados.

Em mensagem a Assembléia, Borges de Medeiros ressaltou entre outras as seguintes utilidades: patenteia-se pelo próprio fim, que é de coligir e conservar tudo quanto possa interessar ao RS, sob o ponto de vista

fosse confiado além de um elenco de documentos originais relacionados em anexo.

Este vazio corresponde ao período conhecido na História do Brasil como Estado Novo, cuja implantação se deu através de um golpe de Estado. A ditadura estadonovista foi instalada a 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas, através de uma Constituição imposta, revogando a anterior e as estaduais, dissolvendo o Congresso e abolindo os partidos políticos.

De acordo com KONRAD (1994), no RS com a completa desarticulação do sistema partidário existente anteriormente a 1937, o poder ficou centralizado nas mãos dos interventores. Na tentativa de acabar com os "excessos do federalismo", onde, segundo Vargas, estariam localizados os problemas que o Brasil enfrentava, o governo buscou implantar uma política centralizadora e nacionalizante. O regionalismo era visto como fator de desagregação nacional. Segundo FLORES,

O Rio Grande do Sul passou a ser um estado policial-
co, transgredindo os direitos dos cidadãos, que até para
viajar a outra cidade necessitava de salvo-conduto ou de
cartão da polícia. (1990, p.127)

Nesse sentido, podemos colocar o "vácuo" existente entre 37-45 nas mensagens à Assembléia Legislativa a respeito ao Arquivo Público, como resultado deste contexto em que o Brasil e conseqüentemente o RS estavam relacionados. Isto é, no RS durante este período o processo legislativo manteve-se interrompido em todas as suas instâncias até a redemocratização e da promulgação da Constituição de 1946.

As "mensagens", desde a criação do Arquivo Público do Estado do RS, pouco revelam sobre a preocupação dos dirigentes do arquivo em relação à pesquisa, e é somente nos relatórios de atividades do período de 1991 a 1994 que sentimos esta preocupação "(...) em linhas gerais, também tínhamos a preocupação e o desejo de elevar o Arquivo Público a uma posição na sociedade, como um órgão voltado à cultura e ao incentivo à pesquisa". Observa-se ainda neste mesmo relatório que há um enriquecimento de recursos humanos qualificados (entenda-se qualificados como pessoal com formação na área), que certamente contribuíram para

que o Arquivo Público não constituísse apenas um depósito de documentos.

2.2.3 Outras fontes documentais relevantes ao estudo

É necessário ressaltar algumas iniciativas importantes do arquivo com relação à pesquisa, que vão além das anteriormente citadas. Considerando o estudo feito nos documentos produzidos nesta última década é possível destacar: a criação do Sistema de Arquivos do Estado do RS através dos decretos 33.200 e 33.201, de 05 de junho de 1989 com o objetivo de elaborar princípios, diretrizes, normas e métodos de organização e funcionamento dos arquivos visando a preservação da história do estado. Existe na instituição, um espaço denominado sala de pesquisa tendo inclusive um documento que regimenta seu uso, assim como normas que estabelecem procedimentos para a reprodução de documentos sob custódia do Arquivo Público. O Sistema de Arquivos vem sendo implementado de várias formas, houve a tentativa de informatizar e microfilmear o acervo, no entanto, como ambos exigem manutenção, reparos e acima de tudo, investimento e atualização, os equipamentos tornaram-se obsoletos e atividade não pode ser levada a frente. Desta forma, as ações referentes ao sistema envolvem hoje um trabalho maior com as secretarias, isto é, os arquivistas tratam os serviços de informação em todos os níveis nestas secretarias do estado.

A Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul assume um papel importante na relação com o arquivo pois reúne desde sua fundação em setembro de 1994, oitenta sócios que contribuem na divulgação e importância do acervo em eventos culturais, lançamentos de livros, ciclos de palestras, exposições, participação em encontros, congressos e outras atividades. A referida associação foi criada a partir de uma idéia do Prof.Dr. Moacir Flores da UFRGS e PUC congregando os historiadores do RS. O professor orienta um grupo de estagiários do Curso de História no Arquivo Público. Estes grupos têm publicado trimestralmente o Boletim Informativo desde o ano de 1994 contribuindo na difusão da instituição. (Depoimento de membro da associação à pes-

quisadora em 03/março/1998. O Arquivo Público também vem divulgando trimestralmente seus feitos através dos boletins, destacando sua história, suas ações e pretensões. Além destes meios, o arquivo dispõe também de um folder informativo que apresenta as funções do arquivo, o acervo existente, assim como endereço e horário de funcionamento.

A preocupação em priorizar o preparo da casa para receber o pesquisador, a promoção de eventos, a interligação com a rede Tchê, contando com uma página na Internet, constituem ações hoje vivenciadas na prática neste espaço público.

2.2.4 Arquivo Público do Estado do RS: algumas considerações

O Arquivo Público do Estado do RS está hierarquicamente subordinado diretamente a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Sua atual estrutura organizacional está representada graficamente (ver anexo p.91) através de uma Direção exercida por um Diretor, pelas Divisões de Documentação e Divisão de Pesquisa e Projetos, e pela Seção de Apoio Administrativo. Na estrutura funcional do referido arquivo, percebe-se conforme o decreto n 36.186 de 22 de setembro de 1995 que as competências referem-se a um Departamento de Arquivo Público assim como as Divisões e Seções, acima citadas.

O Arquivo Público do Estado do RS é um organismo importante, na medida em que guarda e responde, por aproximadamente 18 milhões de documentos, oriundos de municípios, distritos, vilas e povoados do RS, datados de 1746 a 1990. (Guia do Arquivo Público, período de 1991 a 1994)

As grandes funções do arquivo constituem-se basicamente da guarda, preservação e acessibilidade tanto no que se refere ao uso dos documentos e a pesquisa.

A prestação de serviços à comunidade é uma prática do Arquivo Público através do fornecimento de cópias autenticadas e não autenticadas de documentos tais como certidões de nascimento, casamento e óbito e escrituras às partes interessadas ou a pessoas devidamente autorizadas. O

atendimento ao pesquisador também é um compromisso assumido no Arquivo entendendo que sua atividade acontece em prol da comunidade e da cultura, pois preserva a história do RS.

Recentemente em reportagem especial é denunciado o descaso que vem ameaçando o acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul que revela fidedignamente quase três séculos da história social do Estado. O ataque de cupins, a infiltração de água, as rachaduras das paredes e o comprometimento dos forros comprometem a instituição arquivística. Na busca de reconhecimento como centro de referência para pesquisa e turismo no Estado, a memória gaúcha está esquecida e suas instalações exigem reparos. Outro fator que constitui um problema ao arquivo é a falta de espaço físico, para área de trabalho e de pesquisa. A história gaúcha está comprometida considerando os problemas acima explicitados que acabam tornando difícil o trabalho dos pesquisadores. (GONZATTO, 1998 p. 4 - 5).

2.3 A PESQUISA E A EDUCAÇÃO

A relação dos arquivos com a educação se faz sentir de uma forma intensa na perspectiva de Khmeleva do Arquivo Nacional da Guiana, em *The Media and the Archives*,

o desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; igualmente importante são o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas. (MATTOS e TAVARES, 1996, p.63)

Os registros revelam que a frente cultural que os arquivos oferecem é quase sempre entendida como uma complementação dos serviços que podem ser oferecidos aos cidadãos.

TANODI, Prof., Diretor do Centro Interamericano de Desenvolvimento Arquivístico, em Córdoba, Argentina, na obra de ESPOSEL(1994), também denuncia que os arquivos assumem um papel significativo, mas sem que lhe seja atribuído o valor devido. Sua concepção a respeito do conceito de arquivo passa por dois aspectos fundamentais: um consiste no caráter de uma instituição que conserva a documentação de importância para a investigação científica e serve ao trabalho cultural, como auxiliar na formação de valores nacionais e sociais, científicos e pedagógicos. O outro aspecto diz respeito à sua posição enquanto dependência de entidades modernas, atuais, públicas e privadas que se mostra de grande utilidade nas gestões administrativas, econômicas, jurídicas e legais.

PESCADOR HOYO (1981) revela que o arquivista deve atuar de forma ativa devendo passar todos os conhecimentos custodiados por um arquivo. Ela destaca a necessidade de arranjar e descrever a documentação, bem como a importância de publicar instrumentos de descrição dos fundos de arquivo, no sentido de promover acesso aos documentos a fim de facilitar o trabalho dos pesquisadores.

A realidade brasileira revela que o acesso e sigilo dos documentos públicos é assegurado, porém a Lei 8.159/91 de 08 de janeiro nos diz que os documentos originariamente sigilosos são aqueles cuja divulgação possa colocar em risco a segurança da sociedade e do estado, incluindo aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade e da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Com relação ao acesso aos documentos sigilosos, tratando-se da segurança da sociedade e do Estado, existe uma restrição de um prazo máximo de trinta anos a contar da data de sua produção, havendo liberdade de prolongar esse prazo somente por uma vez e por igual período. O acesso àqueles documentos que dizem respeito a honra e a imagem das pessoas, possuem uma restrição por um prazo de cem anos a contar da data de sua produção. Ao Poder Judiciário foi conferido o poder de determinar em qualquer instância a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, desde que este ato tome-se in-

dispensável à defesa de direito próprio ou esclarecimento de situação pessoal.

BELLOTTO (1991), ao tratar da temática difusão editorial, cultural e educativa em arquivos, entende que existe no serviço de difusão cultural duas vias: uma que tem a preocupação de ampliar-se cada vez mais, no sentido de atingir a grande massa da sociedade e outra que deve funcionar como atrativo a fim de que a comunidade possa buscar as informações e riquezas contidas no interior dessas instituições. A mesma autora também comenta quanto a pedagogia brasileira, que vem sendo renovadora e progressista, no sentido de facilitar aos alunos de 1º e 2º graus, a busca do arquivo como espaço para o desenvolvimento de pesquisas; no entanto, apesar destas iniciativas, ainda não foram incluídos os usos possíveis da documentação dos arquivos. Quanto a utilização dos arquivos pelos escolares, a autora dá relevância ao acesso desses estudantes nos arquivos municipais, onde seria viável uma ação conjunta com o professor de história.

Essa concepção reafirma que os serviços de difusão devem ser oferecidos pelos arquivos na tentativa de buscar cada vez mais integrar a sociedade a esta realidade, seja através de assistência educativa, cultural ou editorial. Acredita-se que desta forma os arquivos, além de cumprir seu papel, de proporcionar o acesso aos documentos públicos, devem também promover o conhecimento da sociedade como um todo.

2.3.1 A pesquisa, a universidade e as instituições arquivísticas

A universidade utilizando-se da pesquisa, segundo DEMO (1996), pode se considerar apta a tomar o caminho das esperanças sociais nela depositadas. A pesquisa como um princípio educativo está sempre presente, e nesta ótica que a Lei 9394/96, que define as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira situa o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, com vistas ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura, desse modo, desenvolvendo o entendimento do homem e do meio em que vive. (1988, Capítulo IV, artigo 43, item III, p. 22)

Os arquivos são, neste contexto, espaços necessários à atividade de pesquisa e investigação, sendo capaz de promover educação e cultura.

A pesquisa é inerente ao processo educativo, neste sentido, o arquivo é uma instituição de pesquisa que contribui para o desenvolvimento da educação.

É o arquivo a possibilidade de exercício destes princípios, quando permite o acesso aos documentos passando assim a assumir as funções educativa e científicas. Estes arquivos são espaços próprios e necessários para o desenvolvimento de pesquisas e é dentro da instituição - universidade que, principalmente, a pesquisa se desenvolve.

2.3.2 A pesquisa como processo de descoberta e criação

A construção de um processo emancipatório de vida passa não só pela construção do conhecimento, mas sobretudo pela criatividade que estabelece um diálogo crítico com a realidade que incentiva a descobrir estabelecendo relações. Esse processo facilitado pela pesquisa é um processo de criação.

DEMO (1996:18) ao tratar dos horizontes múltiplos da pesquisa, comenta que "a pesquisa condensa-se numa multiplicidade de horizontes no contexto científico e a ciência vive do desafio imorredouro de descobrir realidade que, sempre de novo, ao mesmo tempo se descobre e se esconde".

Por exemplo, no processo histórico um aspecto são as estruturas naturais e sociais que não podem ser ignoradas, porém existe também a possibilidade de intervenção humana que sofre influências dos conteúdos políticos e sociais que influirão sobremaneira na identificação dos fatos encontrados. Neste ponto de vista, pode-se identificar o quanto a pesquisa é fundamental para descobrir e criar.

DEMO(1996) diz que " pesquisa se define pela capacidade de questionamento, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriade metódica como fonte principal da renovação científica" (p.34).

Neste sentido, o autor define pesquisa como um processo que não admite resultados definitivos e a provisoriedade passa a constituir um elemento importante no processo de renovação científica.

Resultados e Discussões

Os dados coletados na pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado do RS foram levantados a partir da realização das entrevistas já descritas na metodologia deste trabalho. A principal finalidade das entrevistas foi registrar, através das falas dos pesquisados, conteúdos afins ao objeto deste estudo.

3.1 IDÉIAS, CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

A pesquisa no Brasil tem se constituído numa tarefa árdua decorrente muitas vezes do pouco incentivo, de arquivos carentes de organização e acesso, sem falar em políticas de preservação. Este é o panorama brasileiro, mas existe no caso do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul uma consciência da importância que a pesquisa tem, além do entendimento de que o pesquisador enfrenta dificuldades como por exemplo, precariedade de instalações, a falta de utilização de meios informacionais, a falta de divulgação do próprio acervo, além da acessibilidade por vezes negada aos documentos. Neste estudo, procurou-se estabelecer um diálogo com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul situando sua política de pesquisa.

3.1.1 As universidades e o arquivo público

As universidades são consideradas como organizações complexas que assumem um papel de atender ao tripé básico ensino, pesquisa e extensão.

SCHLEMPER (1989) afirma em seu artigo que

a universidade autêntica, a universidade integrada aos objetivos maiores da coletividade será aquela que, sem criar discriminações nem prioridades de nenhuma classe,

seja capaz de oferecer conhecimentos necessários para a transformação da sociedade e oportunidade de participar da criação de novos conhecimentos.

A criação de novos conhecimentos se dá também no espaço dos arquivos públicos através da pesquisa. A Universidade deve assumir este compromisso social de formação integral, do saber, da cultura porque desta forma está fazendo educação.

Universidades e Arquivo Público do Estado do RS iniciam uma proximidade refletida nas falas dos entrevistados. Percebe-se uma proximidade maior de duas instituições cujas áreas mais correlatas se aproximam. Cabe um questionamento - se a universidade como um todo deve promover a pesquisa porque somente estas áreas têm buscado efetivamente o arquivo?

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA PESQUISA

Percebe-se que, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, a contribuição do Estado na implementação de políticas públicas no campo da pesquisa praticamente nem são sentidas partindo das falas dos entrevistados e, mais uma vez, destaca-se além do descaso das autoridades, uma falta de conscientização quanto a importância dos arquivos para a sociedade.

3.2.1 Necessidades de ordem técnica e de recursos humanos

As questões referentes aos problemas identificados em relação ao arquivo e a forma do acervo ser melhor explorado pelos pesquisadores foram unidas pela semelhança das perguntas e respostas dos entrevistados.

Neste sentido, emergiram problemas de ordem operacional e física.

A utilização das fontes pelo pesquisador traz no seu bojo uma forma de difusão, pois ao divulgar o acervo seja através de publicações, apresentação de trabalhos, e até na própria troca de informações na academia, no cotidiano está se promovendo a difusão das informações que o arquivo reúne. Ao atingir um público mais diversificado, o arquivo deverá

adequar-se a esta realidade e o Estado talvez passe a tomar maior consciência do significado dos arquivos para as pesquisas.

3.3 REFERÊNCIA E DIFUSÃO EM ARQUIVOS

3.3.1 Funções educativas e científicas

Os arquivos públicos existem com função primordial de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais provenientes da área governamental, transferindo-lhes as informações para atender ao administrador, ao cidadão e ao historiador.

Com relação à função cultural, também a pesquisa é desenvolvida através de intercâmbios e convênios, estágios de alunos de diferentes áreas, pesquisadores, visitação de colégios, divulgação de sua função sócio-cultural através da mídia, entre outros.

A análise das falas nos levam a reflexão de que o arquivo sofreu transformações ao longo dos tempos, os profissionais colaboraram na mudança de mentalidade e de consciência, porém não houve por parte do governo ações concretas não só no sentido de contribuir na divulgação do acervo como também no sentido de proporcionar uma infra-estrutura mínima adequada ao arquivo. ESPOSEL (1994) denuncia que os arquivos não são valorizados na sua essência e que as autoridades competentes deveriam assumir esta responsabilidade juntamente com a sociedade.

3.3.2 Políticas de acesso

O Arquivo Público hoje reconhece o direito do cidadão ao mesmo tempo em que impõe regras à sociedade quanto ao manuseio dos documentos. A política de acesso não foi explicitada pela Direção e, ao mesmo tempo, a fala do pesquisador nos trás uma idéia de que não há restrição de acesso aos documentos do arquivo. O pesquisador, nesta instituição, possui uma importância bem maior que o usuário, conforme perfil estabelecido pelo mesmo. Esta diferenciação não é registrada na praxis de outras instituições arquivísticas públicas brasileiras.

3.3.3 Trabalhos construídos a luz das informações do acervo do arquivo

Com relação ao retorno do pesquisador com o resultado de sua pesquisa, os entrevistados responderam que, no momento em que o pesquisador é cadastrado, ele já deixa registrado seu compromisso em doar um exemplar de sua pesquisa ao Arquivo.

A Divisão de Documentação, ao realizar um trabalho junto ao pesquisador, trabalho este que envolve uma interação com a pesquisa dos mesmos, de relação, valorização e compromisso com as pesquisas, entendeu a necessidade de constituir uma Biblioteca de Apoio à Pesquisa. A partir desta ação, passou a adotar um controle deste material desde o ano de 1992. Nos últimos cinco anos, um retorno mais efetivo vem acontecendo isso vem ocorrendo em função da própria política adotada no arquivo.

Percebe-se então, que a inclusão de profissionais da área da Arquivologia constituiu um fator de relevância a ser considerado na atividade de pesquisa no Arquivo. As publicações constituem também fontes de pesquisa se levarmos em conta as possibilidades de pesquisa que as mesmas podem oferecer. É necessário reconhecer que a atividade de investigação exige tempo.

ALBERCH E BOADAS (1997) referem-se aos serviços de arquivo, destacando que é importante que ao cidadão seja proporcionado maiores iniciativas. Assim, os pesquisadores do Arquivo Público podem contar não só com as fontes primárias mas, também, com a possibilidade de troca e de colaboração na elaboração de seus trabalhos.

3.3.4 O arquivo enquanto instituição de pesquisa

Pela ótica dos entrevistados pode-se dizer que as falas são similares o que denota que o Arquivo Público do Estado do RS constitui uma instituição de pesquisa e que transcende esta característica quando, também, elabora publicações promovendo acesso, divulgação e troca entre os pesquisadores. Merece destaque a fala que pontua a reestruturação da casa enquanto elemento que diferencia época em que constituiu instituição de

pesquisa e a época em que o arquivo era compreendido como um depósito de documentos.

3.3.5 Arquivo público e contribuições à pesquisa

A análise das respostas quanto a questão: - como o arquivo contribui na construção de pesquisas permite dizer que os entrevistados reportaram-se as respostas anteriores reafirmando seu compromisso em prestar assessoramento individual ao pesquisador, realizando orientações, elaborando instrumentos de pesquisa, realizando descrições e transcrições de documentos relevantes nas formas citadas de divulgação do acervo.

Foram explicitados também outras formas de disseminação da informação do arquivo e de divulgação do acervo através de vídeos, exposições entre outros. A Associação dos Amigos do Arquivo Público contribui efetivamente neste sentido.

3.3.6 Avaliação de pesquisas: relatos e registros

Os relatórios de atividades proporcionam o conhecimento das ações praticadas no âmbito das instituições. Eles constituem uma rotina de instituições públicas e privadas.

Os depoimentos dos entrevistados permite constatar que estes relatórios são quantitativos e revelam informações referentes ao movimento de pessoas e número de documentos consultados no Arquivo, não avaliando de forma qualitativa, a contribuição do Arquivo na construção de pesquisas. Desta forma, os registros existentes no Arquivo Público revelam os atendimentos realizados anualmente, quase sempre apresentando o número de pessoas atendidas, o número de cópias fornecidas, o número de cópias solicitadas e não retiradas e o número de pesquisadores que frequentaram o Arquivo durante o ano.

3.3.7 Arranjo e descrição e necessidades dos pesquisadores

Arranjo e descrição são atividades exercidas pelos arquivistas nos arquivos permanentes, são, portanto, atividades de arquivos de custódia, arquivos históricos. Estas atividades são importantíssimas quando a pri-

meira trata da classificação dos documentos nos arquivos permanentes e a segunda garante um conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa. Portanto, contribuem para que o arquivo cumpra sua real finalidade que é promover acessibilidade aos documentos de arquivo. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 1996, p. 9 e 23).

Percebe-se através dos depoimentos, que são contraditórios, que a atual política de arranjo dos documentos adotada no Arquivo Público, atende em parte ao pesquisador, pois o fato do arquivo não dispor de inventários mais completos torna a atividade do mesmo mais complexa. Também deve-se destacar que o volume de 18 milhões de documentos faz da elaboração de instrumentos de pesquisa uma tarefa lenta que exige conhecimento do acervo e recursos humanos disponíveis.

Considerações Finais

Retomando os objetivos estabelecidos neste trabalho é importante, observar que, de modo geral, a política de pesquisa do Arquivo Público do Estado do RS no período de 1987 a 1997 constituiu-se em "assegurar a proteção e a preservação da documentação arquivística do poder público estadual como elemento de apoio à administração e por seu valor histórico e cultural"; e também " facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público, de acordo com as necessidades da administração pública e da comunidade" (Decreto nº 33.200.de 05 de junho de 1989). O Arquivo Público então vem assegurando em parte o cumprimento dos objetivos de seu Sistema de Arquivos, pois ainda apresenta limitações de ordem operacional (recursos humanos e materiais) que em muito dificultam a preservação e difusão do acervo, bem como o acesso à pesquisa.

Na atualidade, por influência da evolução da sociedade, pelo avanço da ciência, da tecnologia propõe-se hoje um novo conceito de arquivo. O arquivo não deve ser mais simplesmente um repositório de papéis, mas sim um espaço de construção dos sonhos e desejos refletidos no imaginá-

rio de uma época e de uma cultura. Hoje, o arquivo tem se constituído num espaço onde as pessoas procuram satisfazer as mais diferentes curiosidades, elas têm buscado desde a construção de história de família até a elaboração de pesquisas de caráter científico.

A análise do compromisso do Estado do Rio Grande do Sul com o Arquivo Público permite concluir que o estado está cumprindo precariamente seu papel quando não tem investido o necessário para o seu funcionamento adequado no que se refere a informatização do acervo, salas adequadas para pesquisa, microfilmagem, etc.

A respeito das políticas de referência e difusão é mister que a atual administração do arquivo intensifique esta atividade enquanto prática permanente do arquivo. As universidades e os órgãos de ensino em geral devem estar mais comprometidos com as instituições arquivísticas e ao arquivo cabe buscar novas alternativas, no sentido de implementar ações em parceria com estas instituições favorecendo assim a interrelação da sociedade com o arquivo.

Ao cumprir as funções precípuas de recolher, tratar, conservar, difundir e tornar acessível à consulta de todos os documentos acumulados por determinada administração, estendendo as suas potencialidades de ação em maior benefício da sociedade, o arquivo cumpre efetivamente seu papel. Esta ótica é assumida no Arquivo Público quando pessoas ligadas a área da Arquivologia passam a atuar no seu interior. Fica evidente nos documentos que mereceram análise neste trabalho, nas ações praticadas no arquivo, na fala dos entrevistados que a política de pesquisa passa por novo contorno. Neste momento, se reconhece que o arquivo não só deve conservar documentos, mas sim torná-los cada vez mais acessíveis, estabelecendo uma relação ampla entre pesquisador e arquivistas.

A postura dos dirigentes governamentais revela um descompromisso com investimentos no Arquivo Público do Estado do RS, trazendo por vezes um desestímulo àqueles que desenvolvem tarefas que exigem a soma do esforço intelectual e físico. Percebe-se a falta de compreensão, apoio e estímulo às pessoas que atuam, em prol da cultura e da sociedade

como um todo. A mudança do "staff" administrativo a cada troca de governo estadual é sentida e tem refletido de forma um tanto quanto negativa nos projetos e programas em desenvolvimento no âmbito da instituição. A cada nova gestão, estrutura-se uma nova expectativa, com relação as propostas a serem implementadas e refletidas em atitudes políticas dos dirigentes do Arquivo.

As atividades do arquivo assumem uma especificidade particular quando sua política propõe duas frentes, a primeira tratando, mesmo que de forma precária (leia-se dificuldades de ordem técnica) as fontes primárias que integram o acervo, tornando-as acessíveis. A outra que promove o tratamento documental daquilo que hoje é produzido pelas secretarias do estado. Existe, portanto, implícito um compromisso dos profissionais que atuam no arquivo não só com as informações do passado mas com o tratamento daquelas que nascem a cada dia, enfim, da história que está sendo construída nos nossos dias.

As pessoas, ao entrarem em contato com os documentos de um arquivo, merecem um incentivo para desfrutar do prazer e alegria, proporcionados pelo enriquecimento educativo e científico. No entanto, para promover esse enriquecimento é necessário contar com apoio dos órgãos governamentais na implementação de políticas de arranjo e descrição dos documentos, elaborando instrumentos de pesquisa, utilizando-se da informática e trazendo a mídia, as escolas e universidades (públicas e privadas), para conhecer o arquivo.

Referências Bibliográficas

R., BOADAS J. 1997 A funcion cultural de los archivos. Departamento de cultura. Madri, Espanha.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RS. 1972. Problemas e Soluções - Relatório. Porto Alegre-RS.

_____. 1994. Boletim informativo referente ao período de 1991 a 1994. Porto Alegre.

- _____. 1992. Levantamento de Mensagens de Presidentes de Estado e de Governadores do RS. Porto Alegre : RS.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. 1990 Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. São Paulo: .
- _____, Heloísa Liberalli. 1996. A imagem do arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. Arquivo & História, Rio de Janeiro, n. 2, p.7-16.
- _____. 1991. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BRASIL. 1994. Decreto n.º 1.173, 29 de junho. Dispõe sobre competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos () e do Sistema de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, v. 132, n.º 123, p. 9665, junho 1994, Seção 1.
- _____.1991. Lei n.º 8.159. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da União. [da República Federativa do Brasil], Brasília, 08 de janeiro.
- _____.1996. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro. Lei de diretrizes e bases para a educação. Diário Oficial da União. [da República Federativa do Brasil], Brasília, n.º 248, p. 27833 - 27841, 23 dezembro. Seção 1.
- CASTRO, de Moraes e. 1973. Arquivo no Brasil e na Europa. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.
- DEMO, 1996. Pesquisa: princípio científico e educativo. 4.. São Paulo: Cortez.
- _____, José Pedro. 1994. Arquivos: uma questão de ordem. Niterói: Muiraquitã
- FLORES, Moacyr. 1990. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Dimensão.

- GONZATTO, Marcelo. 1998. Descaso ameaça Arquivo Público: Acervo de 18 milhões de documentos históricos do Estado estão comprometidos pela ação do tempo e de cupins. Zero-Hora. Porto Alegre. 13 fev.p. 4 -5.
- KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. 1994. A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade -Católica do Rio Grande do Sul - PUC -RS.
- MATOS, Rita de Cássia e TAVARES, Mara Barbosa. 1996. Crianças no arquivo - breve relato. Revista do Arquivo Público do Estado do RJ. Rio de Janeiro. nº 2.
- PESCADOR HOYO, María Del Carmen. 1981. Nuestra memoria y los archivos. Asociacion Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, XXXX,num. 3, julio - septiembre. Madrid.
- RIO GRANDE DO SUL. 1989. Decreto nº 33.200, 05 de junho. Institui o Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, junho 1989.
- _____. 1989. Decreto nº 33.201, 05 de junho. Institui a Comissão de Avaliação de Documentos e as Comissões Setoriais de Arquivos. Diário Oficial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, junho 1989.
- _____. 1995. Decreto 36.186, 22 de setembro. Aprova o regimento Interno da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Diário Oficial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, setembro 1995.
- _____. 1906. Decreto nº 876, 08 de março Regulamento do Arquivo Público do Rio Grande do Sul - Estatística e Bibliotheca. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação.

SCHLEMPER, Bruno R. 1989. Universidade e sociedade. In VAHL, Teodoro R. et al . Desafios de Administração Universitária. Florianópolis: UFSC.

PAINEL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

*Leda Prudêncio Camargo Bresola**

A pretensão de divulgar o acervo do Arquivo Histórico Dr. Waldemar Rupp, o resgate da história local e regional, o atendimento à pesquisas e as informações prestadas a outros municípios foram metas propostas e alcançadas.

Realizou-se pesquisa nos documentos disponíveis no acervo, como coleta e análise de dados, tomando possível dessa maneira, a interpretação e a comparação de leituras já elaboradas sobre a história do município, sendo que, essa prática levou-nos a elaborar uma nova abordagem estrutural e analítica.

Essa coletânea, ou estudo, foi apresentada juntamente com mapas e fotografias em palestras proferidas a alunos do Ensino Fundamental e do 2º grau, adaptadas à faixa etária. Os participantes provinham de estabelecimentos da Rede Pública Municipal, Estadual e Particulares da Sede do Município. O trabalho teve grande receptividade por meio da Direção e Corpo Docente das escolas, pois vinha de encontro com as aspirações e objetivos propostos nos planejamentos curriculares em apresentar informações sobre a nossa história local e regional.

Muitas pessoas de municípios próximos e longínquos, incluindo pesquisadores, estudantes de 1º, 2º e 3º graus, de Especializações e Messtrando, da imprensa falada e escrita, já visitaram o Arquivo com o intuito de obter informações já elaboradas ou pesquisar nas fontes primárias do acervo documental.

*Fundação Cultural Camponovense

Foram da mesma forma, atendidas várias solicitações de buscas, efetuadas por parte da comunidade, nos Fundos da Justiça, da Administração Municipal e de Cartório.

Embora haja dificuldades relacionadas ao espaço físico e outras que com a atual conjuntura social e econômica do nosso país, são impostas às instituições ligadas à Cultura, estamos aos poucos, de acordo com a nossa realidade, buscando adequar cada vez mais o nosso arquivo.

Possuímos muitos documentos que dependem de limpeza, classificação, encadernação e que se faça a guarda. O trabalho é rotineiro e constante, pois há o recebimento freqüente de documentos públicos e particulares quando se estabelece uma relação de aceitação e confiança junto à comunidade.

Ressaltamos ainda, que carecemos de informações sobre documentação da Administração Pública pois, sendo nossa instituição mantida pela Prefeitura Municipal, recebemos e temos a incumbência de fazer a guarda e acomodação dos documentos que nos são remetidos e precisamos saber quais deles podem ser descartados, para que o acervo não se avolume com documentos desnecessários.

Nosso anseio no momento é buscar junto aos órgãos competentes tais orientações.